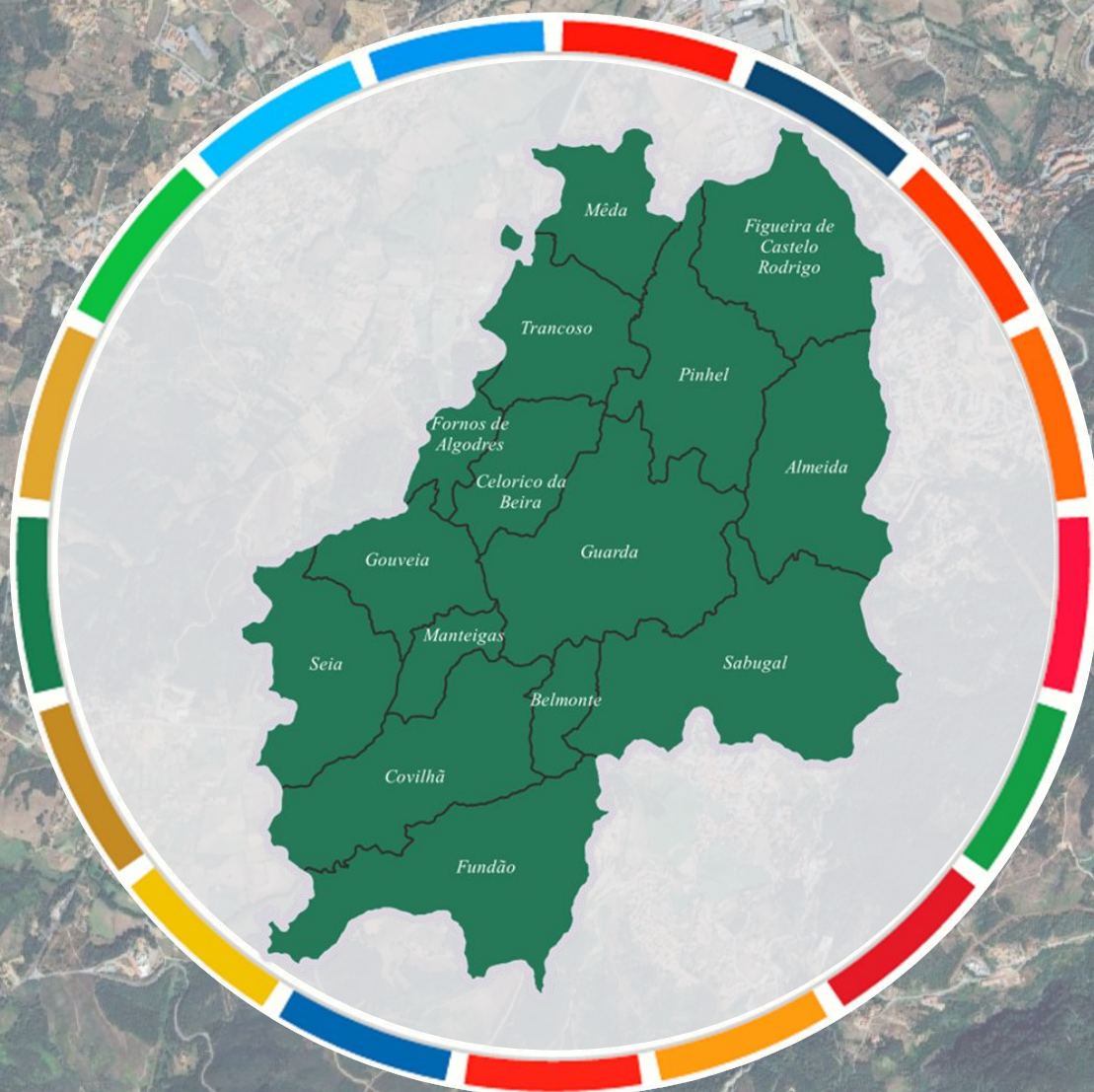


Sessão Prospetiva das Beiras e Serra da Estrela

Sumário Executivo



Plataforma Municipal dos
Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável



**Região
Beiras e
Serra da Estrela**
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



ENERAREA
Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

Mecenas:



Parceiros
ODSlocal:



Introdução

Com o mote “*Pensar o Futuro, Agir no Presente em Contextos Transfronteiriços*”, as Sessões Prospetivas da **ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** têm como objetivo principal aumentar a capacidade de reflexão estratégica de acordo com um padrão de desenvolvimento sustentável e inovador, capaz de resgatar equilíbrios locais, estimulando sinergias e aptidões replicáveis noutros municípios e regiões com características semelhantes. Este ciclo de nove sessões incide nas sub-regiões geográficas abrangidas pelo Programa PROMOVE, desenvolvido pela Fundação “la Caixa” em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A Sessão Prospetiva das Beiras e Serra da Estrela

No dia 5 de junho de 2025 decorreu, no CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, a quinta Sessão Prospetiva da Plataforma ODSlocal, com a colaboração da Câmara Municipal de Seia e da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), abrangendo 15 municípios.

A sessão contou com a participação de diversos atores do conjunto de municípios que integram a CIMBSE. Para além de uma primeira parte expositiva, organizou-se um fórum de discussão com cinco mesas de debate e reflexão, nas quais participaram diversos representantes e membros do poder político e executivo (nacional, regional, sub-regional e local), instituições educativas,

empresários e representantes de grupos empresariais e de fundações, bem como diversas organizações da sociedade civil (associações, ONG, IPSS).



A primeira parte contou com três painéis:

O **Painel de Abertura** sob uma perspetiva introdutória, iniciou a sessão com intervenções de *António Luciano da Silva Ribeiro* (Presidente da Câmara Municipal de Seia) e *Luís Manuel Tadeu Marques* (Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e Presidente da Câmara Municipal de Gouveia), moderado por *Luísa Schmidt*, (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).

O **Painel I – Desafios e Oportunidades nas Beiras e Serra da Estrela** centrou-se na exposição do diagnóstico ODSlocal da sub-região, apresentado por *Luísa Schmidt*, destacando sobretudo as dimensões sociais e ambientais.

O **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente**, dedicado a uma reflexão sobre as perspetivas futuras, caminhos e orientações estratégicas para a sub-região, assinalando as suas forças, desafios e oportunidades, contou com a participação de cinco oradores: *João Leitão* (Universidade da Beira Interior e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional), *Anabela Freitas* (Vice-Presidente da Comissão Executiva da Entidade Regional de Turismo do Centro), *Amélia Augusto* (Universidade da Beira Interior), *Luís Matias* (Coordenador do Plano de Revitalização do Pinhal Interior) e *Flávio Massano* (Presidente do Geopark Estrela, da Comissão de Co-Gestão do Parque Natural da Serra da Estrela e da Câmara Municipal de Manteigas).

A segunda parte foi dedicada à realização de um *workshop* participativo – **Fóruns de Discussão sobre as Beiras e Serra da Estrela** – onde os participantes e representantes das diversas entidades integraram diferentes mesas de debate e reflexão em função da sua área de atividade: a) Administração Local e Sustentabilidade; b) Agricultura, Conservação e Regeneração; c) Cultura e Património; d) Educação Ambiental e Sustentabilidade Local; e) Ambiente e Sustentabilidade.

Nestes fóruns foram debatidos diversos assuntos, apontando caminhos no âmbito da Agenda 2030 e fortalecendo a capacidade de resposta aos atuais e futuros desafios da sub-região.

Diagnóstico ODSlocal das Beiras e Serra da Estrela

A avaliação de desempenho dos municípios em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está dependente quer do conjunto de indicadores integrados na [Plataforma ODSlocal](#) associados a cada ODS, quer da medição da distância verificada entre os valores-base dos indicadores (de 2015) e os respetivos valores-meta estipulados para 2030. Estes valores são expressos em percentagem, indicando o progresso atual dos municípios perante o horizonte de 2030.

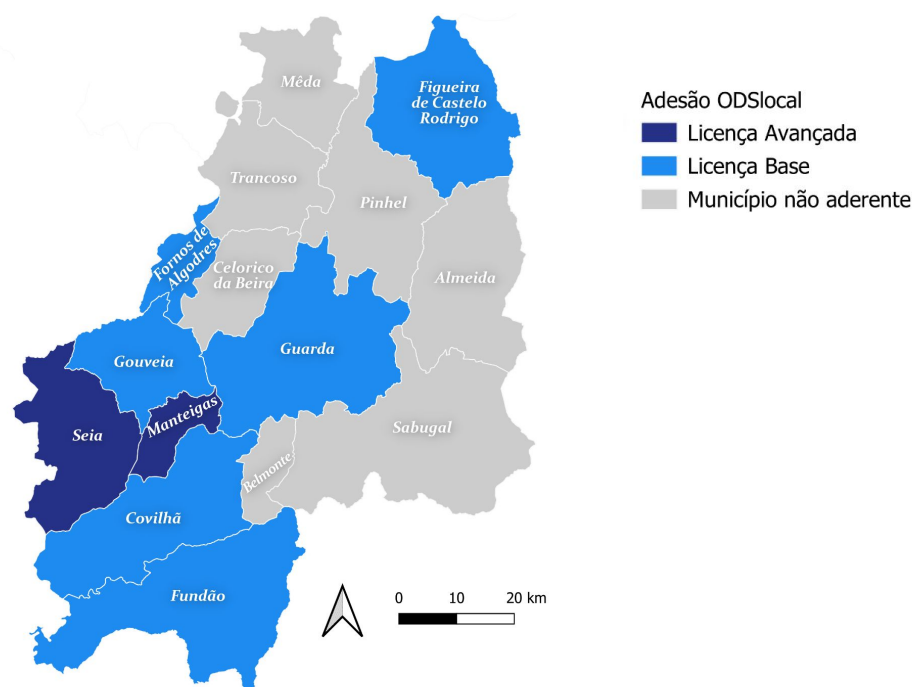
Figura 1 –
Desempenho médio dos
municípios das Beiras e
Serra da Estrela,
por ODS
(1º semestre de 2025)



O desempenho médio dos municípios da sub-região das Beiras e Serra da Estrela é de 57% (primeiro semestre de 2025), indicando um percurso que, sendo positivo e diversificado, importa acelerar e aprofundar para assegurar o cumprimento da Agenda 2030. Discriminando o respetivo desempenho por cada um dos 17 ODS (*Figura 1*), salientam-se, com melhores resultados, o **ODS 6** – Água Potável e Saneamento (83%), o **ODS 4** – Educação de Qualidade (81%) e o **ODS 11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis (70%).

No que diz respeito à adesão à Plataforma ODSlocal (*Figura 2*), entre os 15 municípios que integram a sub-região das Beiras e Serra da Estrela, dois são subscritores da modalidade de licença avançada (Manteigas e Seia) e seis enquadram-se na versão base (Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia e Guarda). Neste sentido, apesar da totalidade dos municípios serem abrangidos pela análise de indicadores ODSlocal, a maioria ainda não usufrui dos serviços e ferramentas disponibilizados pela Plataforma.

Figura 2 –
Adesão à
Plataforma ODSlocal
nas Beiras e Serra da Estrela



Para além da monitorização contínua de Indicadores de Referência municipais, abrangendo a totalidade do território nacional (continente e ilhas), a Plataforma ODSlocal contempla ainda o registo georreferenciado de iniciativas que contribuem para a implementação da Agenda 2030: [Projetos locais](#) e [Boas Práticas Municipais](#).



Promotores: Câmaras Municipais
Mapeamento: Técnicos Municipais registados no Portal ODSlocal
Âmbito Geográfico: Localização específica ou abrangendo todo o município



Promotores: Entidades coletivas exceto municípios
Mapeamento: Formulário aberto, mediante cumprimento de requisitos
Âmbito Geográfico: Localização exata e georreferenciável

Até à data da recolha de informação, 22 de maio de 2025, encontravam-se mapeadas no portal, 24 Práticas Municipais e 42 Projetos locais na sub-região das Beiras e Serra da Estrela. Estes valores têm, no entanto, vindo a aumentar, identificando-se no final de 2025 46 Práticas Municipais e 54 Projetos locais.

Figura 3 – Contributo das Boas Práticas municipais para os ODS nas Beiras e Serra da Estrela (maio de 2025)



Avaliando o contributo do conjunto de **Boas Práticas** registadas, verifica-se que impactam positivamente, em cerca de 50% (ou superior), o **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos*, o **ODS 10** – *Reduzir as Desigualdades*, o **ODS 11** – *Cidades e Comunidades Sustentáveis* e o **ODS 13** – *Ação Climática* (Figura 3). No extremo oposto, menos beneficiados pelas boas práticas, encontram-se ODS associados ao ambiente e conservação da natureza: **ODS 14** – *Proteger a Vida Marinha* (compreensível pela localização geográfica desta sub-região) e o **ODS 7** – *Energias Renováveis e Acessíveis*.



Figura 4 – Contributo dos Projetos locais para os ODS nas Beiras e Serra da Estrela (maio de 2025)



Quanto aos **Projetos** registados (Figura 4), os três ODS mais beneficiados, em cerca de 75% dos projetos, são os **ODS 1** – *Erradicar a Pobreza*, **ODS 17** – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* e **ODS 2** – *Erradicar a Fome*. No extremo oposto, menos beneficiados pelos projetos, encontram-se ODS associados ao ambiente e conservação da natureza: **ODS 14** – *Proteger a Vida Marinha* (compreensível pela localização geográfica desta sub-região) e o **ODS 7** – *Energias Renováveis e Acessíveis*.



Painéis de Peritos

Na reflexão conjunta promovida no **Painel II – Pensar o Futuro, agir no Presente** os oradores convidados marcaram a manhã com reflexões e contributos importantes para a Sessão Prospetiva das Beiras e Serra da Estrela.

João Leitão (Universidade da Beira Interior e Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional) deu início à sua intervenção com uma análise dos seis **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento contemplados no Plano Estratégico da CIMBSE**, que visam promover a Capacitação e cooperação da sub-região em prol dos Objetivos da Agenda 2030, incluindo a sua monitorização; a **Sustentabilidade e Qualidade de Vida** das populações, considerando as dimensões sociais, económicas e ambientais; **Mobilidade, acessibilidade e movimentos migratórios**, fortalecendo as infraestruturas e capacitando fluxos de recursos, pessoas e serviços na sub-região; a **Excelência Ambiental**, em matéria de gestão de recursos ambientais e produtivos, sejam estes tecnológicos e/ou tradicionais; a **Inovação Institucional, Económica e Social**, capacitando a absorção de conhecimento nos setores públicos e privados; e **Ecossistemas Urbano-rurais**, fomentando a resiliência e herança da sub-região, incluindo a reabilitação urbana, habitação social e estímulo ao empreendedorismo urbano-rural.



Neste contexto e dado o estado atual dos ODS nesta sub-região e a sua estrutura demográfica, o orador salientou a necessidade de serem promovidas condições de **envelhecimento ativo com elevada qualidade de vida**. Por outro lado, devido à fraca densidade industrial e populacional do território, consideram-se prioritárias intervenções estratégicas concertadas de **políticas públicas orientadas para a reindustrialização verde**, operada em torno da descarbonização, da alavancagem da transformação digital e da autossuficiência energética com base nas energias renováveis. A par do investimento público, apela-se à formação de **“um sistema direcionado para o fomento de start-ups – iniciativas de empreendedorismo qualificado que têm de ser necessariamente filtradas”** em consonância com os objetivos estratégicos formulados.



Para *Flávio Massano*, Presidente do Geopark Estrela e da Comissão de Co-Gestão do Parque Natural da Serra da Estrela (e também Presidente da Câmara Municipal de Manteigas), **há muito caminho a trilhar em termos de gestão das áreas naturais e classificadas**. Perante o meio século de idade do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), destaca que é tempo de ser contrariada a tendência de **desvalorização e esquecimento institucional** a que tem sido votado. Segundo o orador, **o desinvestimento crónico do Estado nas áreas protegidas**, em termos de financiamento e recursos humanos, tem depredado o PNSE, acrescentando que é

necessária a figura de um diretor do Parque Natural e o reforço da equipa a trabalhar nesta área protegida. Por outro lado, deu o exemplo da Rede Natura 2000 em Portugal como um espelho ou retrato real do país – **“fazemos a transposição das diretivas europeias, e mais nada... Sem a devida valorização do património natural”**.

De acordo com *Flávio Massano*, **“estamos muito aquém dos objetivos”** de conservação da natureza e da biodiversidade, e dos serviços de ecossistemas deste território. Alerta que, se perdurar a trajetória de desinvestimento e falta de recursos, incluindo quadros qualificados, **“este território vai despovoar, desertificar e vamos lidar com incêndios cada vez mais gravosos, com a desqualificação do solo e destruição dos solos férteis, com uma agricultura que não vai ser viável, e com aldeias e vilas condenadas ao fracasso nos próximos anos.”** E com impactos evidentes na qualidade da água que abastece a Área Metropolitana de Lisboa. Conclui que, fazendo jus aos protocolos e pactos europeus que o Estado português se comprometeu desde o início da década de 1990, **as áreas naturais e do interior do país devem ser valorizadas enquanto mais-valias estratégicas**, numa perspetiva diferenciadora destes territórios.

Anabela Freitas, Vice-Presidente da Comissão Executiva da Entidade Regional de Turismo do Centro (ERTC), salientou que a sub-região deverá obter a **classificação de destino turístico sustentável** (uma exigência crescente da procura turística) e identificou fatores a ter em consideração para cumprir este objetivo. Por um lado, a **valorização do património cultural e natural** para potenciar a criação de produtos turísticos diferenciados, mobilizando abordagens específicas a diferentes públicos-alvo. Para tal, será determinante **apostar na capacitação** dos técnicos e serviços deste setor, existindo atualmente nesta sub-região uma carência significativa de mão de obra qualificada.



Por outro lado, é crucial assegurar a **coerência e alinhamento das políticas públicas** neste setor de forma a incentivar a operacionalização do turismo, nomeadamente ao nível da **mobilidade** nesta sub-região, pois a falta de oferta transportes públicos afeta quer os locais, quer os turistas. Neste contexto, a oradora referiu que a classificação das Beiras e Serra da Estrela como um destino turístico sustentável é um objetivo do Turismo do Centro, para o qual tem envolvido as instituições públicas (como as autarquias) e os operadores privados (hotelaria, restauração, animação turística). Destacou, em particular, a iniciativa **Programa Empresas 360º**, que visa mobilizar estas entidades para alterarem as suas práticas e incorporarem na sua gestão os ODS nas suas três vertentes (ambiental, social e económica).



Para Amélia Augusto (Universidade da Beira Interior) uma das ideias-chave para o desenvolvimento sustentável desta sub-região é **“o papel da inovação social – a capacidade de se criarem soluções alternativas e inovadoras para desafios sociais das populações e dos territórios”**.

Em particular, destaca a importância de intervenções e respostas colaborativas, complementares às fornecidas pelos sistemas já existentes, junto de grupos vulneráveis, como a população **jovem, idosa e imigrante**.

Um dos desafios a enfrentar, segundo a oradora, é a carência na prestação de **cuidados de saúde** diferenciados, salientando a saúde mental e o bem-estar emocional, sobretudo dirigidos à comunidade jovem, nomeadamente a que frequenta o Ensino Secundário. Na sua opinião, a prevenção da saúde deve ser pensada a nível comunitário e não apenas a nível individual – **“é necessário pensar o que é que constitui o bem-estar das comunidades”**. Outra das apostas deve ser direcionada para a **“inclusão ativa da população imigrante”**, fomentando a sua participação ativa através da criação de serviços, apoios e espaços seguros, assim como materiais de comunicação claros e apelativos. Neste sentido, será importante formar mediadores interculturais e fornecer ações de formação para os profissionais que trabalham com populações imigrantes, colmatando a falta de preparação adequada para lidar com uma nova realidade multicultural. Em conclusão, sublinhou ainda **o papel que as universidades, a investigação e o conhecimento científico** podem ter no desenvolvimento local, tanto na promoção e incubação de empresas de inovação social como no apoio a *startups* inovadoras, apelando aos **“empresários desta região que reconheçam a importância do conhecimento científico nas suas atividades empresariais, e acolham jovens qualificados no sistema de Ensino Superior”**.

Por sua vez, Luís Matias (Coordenador do Plano de Revitalização do Pinhal Interior) considera crucial a introdução de **modelos participativos de governação** para alavancar o desenvolvimento da sub-região, defendendo a importância da colaboração dos *stakeholders* e das comunidades locais **“na construção de programas articulados e de políticas mais direcionadas para as necessidades e oportunidades deste território”**. Para o orador, a aposta na resiliência do território deve ser uma prioridade, incluindo políticas alinhadas com a **centralidade dos desafios demográficos**, e sublinhando que tão ou mais importante do que atrair novos residentes, é **“conseguir reter os que já cá estão”**.



Por outro lado, defende a **especialização da economia local**, valorizando quer as características diferenciadoras do território e respetivos setores estratégicos, quer o próprio tecido empresarial. Em particular, refere o potencial da sub-região nos domínios de **economia verde** – **“bioeconomia e economia circular”** – e da **‘economia prateada’**, ou seja, na mobilização das oportunidades derivadas dos **“fenómenos da longevidade e da provisão de produtos e serviços para a população com mais de 50 anos”**.

Fóruns de Discussão

Numa reflexão conjunta sobre o presente e o futuro da sub-região das Beiras e Serra da Estrela, os participantes, que representaram diversas entidades da sub-região, **identificaram problemas e procuraram definir caminhos para um desenvolvimento mais sustentável**, mobilizando as suas experiências e conhecimentos, bem como a informação exposta nos painéis de peritos.

Nesta troca de impressões e opiniões, os moderadores das mesas, mediante um guião temático pré-estabelecido, mas flexível, convidaram depois os participantes a posicionaram-se em diagramas temáticos que resultam na representação gráfica do conjunto de respostas. Com base nesses diagramas, apresentamos uma análise sintética dos resultados relativos a temas como o **despovoamento**, os **impactos das alterações climáticas**, a **priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e a **análise SWOT** da sub-região das Beiras e Serra da Estrela



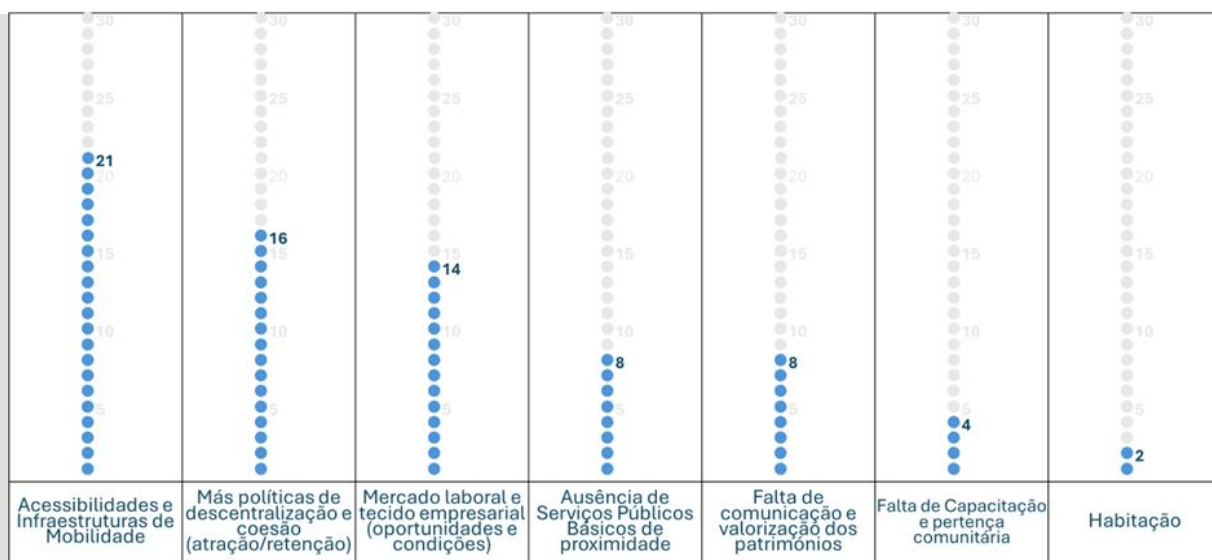
Temas abordados nas mesas de debate e reflexão

- Demografia e fatores de despovoamento
- Impactos das alterações climáticas na região
- Energias renováveis
- Áreas classificadas e/ou protegidas
- Comunicação e transição digital
- Cultura e património histórico
- Cooperação transfronteiriça com Espanha
- Principais forças e fraquezas, ameaças e oportunidades do Beiras e Serra da Estrela (SWOT)
- ODS adotados como prioritários

Demografia e fatores de despovoamento

Na reflexão promovida sobre os principais fatores responsáveis pelo despovoamento da sub-região, os participantes identificaram e votaram nos que consideram mais relevantes (*Figura 5*). Os participantes das cinco mesas de discussão sublinharam, em particular, carências nas **acessibilidades e infraestruturas de mobilidade**, em **políticas de descentralização e coesão**, assim como no **mercado laboral e tecido empresarial** da sub-região. Seguidamente, assinalaram a **ausência de serviços públicos essenciais de proximidade** e a **desvalorização do património natural, cultural e histórico**. Por último, surgem fatores menos elencados, como as **fragilidades na capacitação comunitária** e na **oferta habitacional**.

Figura 5 –
Os fatores mais importantes para o despovoamento da sub-região (total das 5 mesas)



Elencados os principais fatores de despovoamento, como é que se podem atrair e fixar residentes e jovens neste território? Os participantes sublinharam o papel da CIM e a importância de uma abordagem holística, identificando três áreas prioritárias. Em primeiro lugar, medidas e estratégias relativas ao **mercado laboral (bem remunerado e diversificado)**, na atração e retenção de empresas no território, nos **incentivos e benefícios fiscais** em sede de IRS e IRC, no estímulo e **apoio ao empreendedorismo**, e reforço de oportunidades de inserção profissional, tal como na **valorização do ensino técnico-profissional e das profissões ancestrais** (como a pastorícia). Segue-se a **mobilidade (intermodal e com horários compatíveis)**, dentro do território e nas ligações a outras regiões (nacionais e espanholas), através de investimentos públicos estáveis e duradouros nas infraestruturas e transportes públicos.

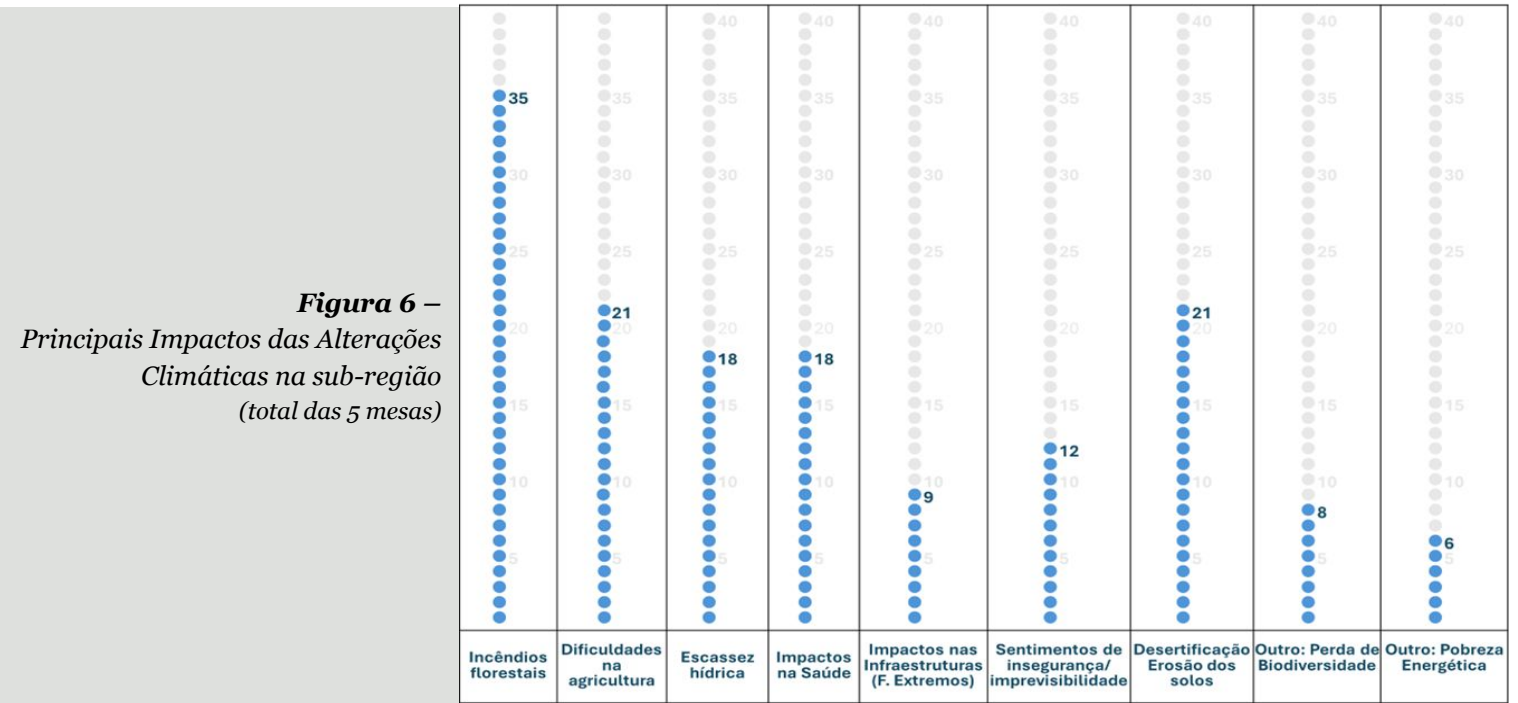
Por último, consideram crucial **valorizar as Beiras e Serra da Estrela (população e património material e imaterial)**, reforçando os elos comunitários e culturais de forma a reverter a tendência de estigmatização negativa da identidade coletiva, assim como a comunicação sobre as **marcas territoriais distintivas** nas dimensões culturais, ambientais e históricas.

Referiram-se, ainda, como medidas prioritárias, o reforço do **mercado habitacional**, através da reabilitação de casas devolutas e estímulo ao arrendamento, e da **transição digital** que promova a coesão territorial, incluindo o reforço da cobertura de telecomunicações em aldeias, o estímulo ao teletrabalho e o incentivo à descentralização pública (serviços) e privada (empresas e estabelecimentos) na sub-região. Como assinalam os participantes, a infraestrutura digital constitui um fator determinante para a atratividade do território: **“Ninguém quer ir viver para uma aldeia onde não consiga fazer uma chamada, onde não consiga fazer teletrabalho”**. No entanto, perante a qualidade de vida no território, os participantes refletiram sobre o papel determinante de **capacitar os jovens e de assegurar condições para a sua fixação nesta sub-região**, vencendo o pessimismo prospetivo que vigora (estigmatização, sentimento de isolamento), reforçando as expectativas de um melhor futuro pessoal (estabilidade, prosperidade e vida social).

“É preciso que os residentes tenham e demonstrem uma boa qualidade de vida. A ideia do idílico é efetivamente algo que povoa o nosso imaginário, mas são os exemplos concretos, e o território que se orgulha de ser ele próprio, que é capaz de manter e depois atrair outras pessoas.”

Impactos das Alterações Climáticas nas Beiras e Serra da Estrela

Entre os principais impactos das alterações climáticas (*Figura 6*), os participantes destacaram sobretudo o incremento na severidade e frequência de **incêndios florestais**, com consequências devastadoras nas Beiras e Serra da Estrela. Seguem-se, ainda com grande expressão, as **dificuldades na agricultura**, a **desertificação e erosão do solo**, os **impactos na saúde** (particularmente devido a temperaturas extremas), e cenários futuros de **escassez hídrica**, perante a potencial perda deste recurso, que atualmente constitui uma grande força do território. Seguidamente, identificaram os **sentimentos de insegurança** derivados da imprevisibilidade associada a fenómenos extremos. Entre os impactos menos elencados, situam-se os **impactos nas infraestruturas** derivados de fenómenos extremos, bem como a **perda de biodiversidade** e a proliferação de espécies invasoras exóticas; e ainda a **pobreza energética** na sub-região.



No que diz respeito a **medidas de adaptação às alterações climáticas**, os participantes identificaram estratégias para **impactos que já afetam o território (incêndios florestais e impactos na saúde humana)** e para **mitigar potenciais riscos relativos aos recursos hídricos**.

Neste âmbito, reforçaram a importância de **abordagens participativas de ordenamento do território, planeamento urbano e gestão de recursos**, e de respostas inovadoras que sejam eficazes e que resgatem soluções ancestrais (como as levadas).

No que compete à **gestão efetiva da floresta**, os participantes sublinharam **soluções baseadas na natureza interligadas à pastorícia**, revitalizando e valorizando profissões ancestrais, assim como medidas inovadoras de financiamento como os créditos de carbono, de forma a criar sinergias de proteção ambiental e desenvolvimento local. Destacaram, em particular, o retorno do papel-chave dos **ovinos**, enquanto **“espécie que, para além dos serviços de ecossistema, é também uma imagem representativa da Serra da Estrela relacionada com o queijo; e também o borrego. Ou seja, há muito emprego associado a estas espécies e isso é um valor acrescentado”**.

Por sua vez, os participantes destacaram o combate à pobreza energética e seus impactos na saúde, relatando, por exemplo, o problema da falta de qualidade das habitações para enfrentarem o frio, e por outro lado, a criação prioritária de refúgios climáticos e a arborização das povoações para minorar os impactos das ondas de calor. Dada a vulnerabilidade elevada da população idosa que reside em territórios com difícil acesso, foi também considerada prioritária a adoção de uma estratégia interventiva de **“acompanhamento permanente das populações em saúde pública [...] É preciso ir até essas terras isoladas, ver quais são as dificuldades e ajudar no máximo que conseguirmos.”**

Em matéria da **água** enquanto recurso, os participantes destacaram a importância de incrementar a eficiência hídrica, **“agir sobre as perdas no abastecimento, na rede de água”** e aumentar as práticas de coleta, armazenamento e poupança de água junto das populações. Neste sentido, identificaram-se ações prioritárias como o reforço de investimento para a manutenção destas infraestruturas e também medidas para envolver e sensibilizar as comunidades, valorizando a troca de conhecimentos:

“Tentar ir buscar aquelas práticas ancestrais de regadio que mantinham a água e faziam a reposição dos aquíferos, e também protegiam os habitats, que são as levadas”

Energias renováveis

Solicitou-se aos participantes que avaliassem o estado atual e caminhos futuros das energias renováveis na região. Referiu-se que a sub-região tem um papel preponderante e diversificado neste setor, sendo pioneira na produção de energia hidroelétrica, mas identificaram-se desvantagens no atual sistema de produção de energia, no seu planeamento, execução e operacionalidade.

Os participantes **sublinharam a desorganização e descaracterização do território perante a crescente instalação de centrais fotovoltaicas e parques eólicos**, referindo impactos graves no ambiente e na qualidade de vida dos habitantes. Perante a legislação atual e a entrada de empresas externas com elevados investimentos, identificaram-se entropias na capacidade das populações e do poder local (freguesias e municípios) intercederem nos processos de decisão. Adicionalmente, foi sublinhada a falta de transparência relativa aos lucros gerados ao nível local e o facto de as comunidades locais não usufruírem de benefícios diretos, como a eliminação de tarifas, o que gera sentimentos de injustiça e exploração.

“Esta febre das energias renováveis é um dos açúcares para o descrédito das políticas da sustentabilidade, das alterações climáticas. As pessoas estão desacreditadas.”

Os participantes **valorizam a criação de comunidades energéticas**, mas sublinham que será necessário resolver estas entropias na legislação e no **“processo [que] está a ser mal construído”** em termos técnicos (capacidade da rede) e no envolvimento da sociedade civil (modelos de participação).

Entre as soluções apontadas, priorizaram ações de capacitação junto das populações e a necessidade das infraestruturas públicas (escolas, centros de saúde, entre outros) e da sociedade civil serem integradas nas comunidades energéticas das suas localidades. Identificaram-se também boas-práticas europeias, como a atribuição de concessões mediante concursos públicos organizados pelas comunidades locais, de forma a assegurar que estes projetos se adaptam às particularidades do território natural e edificado e que as vantagens sejam concedidas às comunidades abrangidas.

Áreas Classificadas

E qual a importância atribuída pelos participantes às áreas classificadas e/ou protegidas das Beiras e Serra da Estrela, e o seu papel estratégico no futuro deste território? Os participantes consideram que o património natural das Beiras e Serra da Estrela constitui o cerne da identidade e singularidade coletiva do território, e sublinham a grande importância das áreas protegidas e classificadas na sub-região. No entanto, advertem para práticas de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela que geraram conflitos devido às restrições impostas, sem, no entanto, deixarem de salientar a importância de medidas de conservação da natureza, incluindo a fiscalização e educação ambiental, “num conceito de uma ecologia mais alargada, incluindo, obviamente, a espécie humana no ecossistema”.

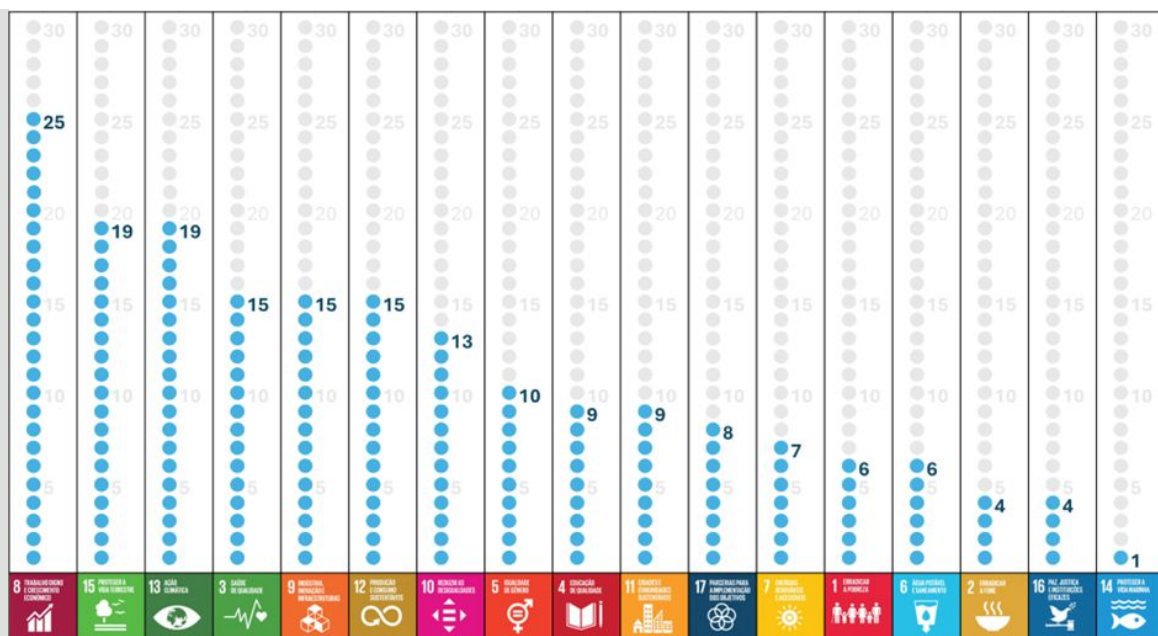
“O património natural e as áreas protegidas só serão efetivamente uma grande força motriz na região se tivermos a capacidade de preservar e salvaguardar.”

Perante estes desafios, os participantes consideram que é crucial repensar o modelo de gestão das áreas protegidas, promovendo a capacitação e inclusão das comunidades e medidas inovadoras como a valorização dos serviços de ecossistema e a criação de um quadro legal que compense estragos causados por certas espécies (ex. javalis) e outros custos associados à vivência rural nestes territórios. Adicionalmente, referiram o potencial contributo do turismo sustentável para o desenvolvimento local e a preservação da natureza, incluindo medidas como a aplicação de taxas turísticas e limitar o acesso de viaturas e atividades turísticas em áreas naturais mais sensíveis. Foi ainda defendido que o ordenamento do território não deverá ser subjugado pelo interesse turístico, como é o caso da montagem de algumas infraestruturas como passadiços e miradouros, que consideram uma **‘moda de toda a gente faz réplica [...] sem qualquer critério’**.

ODS Prioritários nas Beiras e Serra da Estrela

Solicitou-se também aos participantes que elegessem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável cuja ação considerassem prioritária para as Beiras e Serra da Estrela (Figura 7).

Figura 7 –
Os ODS prioritários
(total das 4 mesas)



Os cinco ODS destacados como prioritários foram o **ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico**, o **ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre**, o **ODS 13 – Ação Climática**, o **ODS 3 – Saúde de Qualidade** e o **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas**.

Se compararmos estas escolhas com os resultados dos Indicadores de Referência da Plataforma ODSlocal apresentados no Diagnóstico ODSlocal das Beiras e Serra da Estrela, salientam-se algumas tendências dominantes. Em primeira instância, a priorização atribuída pelos participantes aos **ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico**, **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas** e **ODS 13 – Ação Climática** espelha a avaliação da bateria de indicadores ODSlocal, cujo desempenho se revelou mais longe das metas para 2030 na sub-região com os valores respetivos de 36%, 45% e 48%.

Ou seja, os participantes fazem coincidir as suas prioridades com os ODS que manifestam efetivamente pior desempenho de acordo com o Diagnóstico da Plataforma ODSlocal.

Para além destes, também priorizaram outros ODS que, não tendo um desempenho negativo, são mesmo assim particularmente valorizados e que se ligam à conservação ambiental, como é o caso do **ODS 14 – Proteger a Vida Marinha** (63%) e do **ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre** (61%), ao que acresce o **ODS 3 – Saúde de Qualidade** (56%).

Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades das Beiras e Serra da Estrela

Por fim, perspetivando caminhos futuros para a sub-região, realizou-se uma análise SWOT, tendo sido solicitado aos participantes que debatessem e elessem os principais fatores de génese endógena (Forças e Fraquezas) e exógena (Oportunidades e Ameaças), tendo em vista o desenvolvimento sustentável nas Beiras e Serra da Estrela.

Figura 8 –
Análise SWOT
(total das 5 mesas)

FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO ▪ PATRIMÓNIO CULTURAL E HISTÓRICO ▪ SOCIEDADE CIVIL E COMUNIDADE ▪ RECURSOS NATURAIS E PRODUTOS ENDÓGENOS ▪ QUALIDADE DE VIDA ▪ ÁGUA (VALOR NATURAL, RECURSO, ENERGIA, RESILIÊNCIA) ▪ CENTRALIDADE GEOGRÁFICA ▪ SISTEMA CIENTÍFICO REGIONAL (UBI) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MERCADO LABORAL E ECONOMIA LOCAL (FALTA DE EMPREGO, INDÚSTRIA, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO) ▪ CARÊNCIAS NA MOBILIDADE (LIGAÇÕES E TRANSPORTE PÚBLICO) ▪ DÉFICE DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA ▪ ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO / DESPOVOAMENTO ▪ ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE E APOIO SOCIAL ▪ DEGRADAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E FALTA DE POLÍTICAS DE AÇÃO CLIMÁTICA (ADAPTAÇÃO) ▪ FALTA DE INCLUSÃO SOCIAL E DE RECONHECIMENTO COMUNITÁRIO ▪ DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS E GEOGRÁFICAS, INCLUINDO BAIXOS RENDIMENTOS (SALÁRIOS & PENSÕES) ▪ FRACA COOPERAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS ▪ FALTA DE FORMAÇÃO E DE LITERACIA ▪ AGENDAS ELEITORAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO (NATURAL E CULTURAL) E DOS PRODUTOS ENDÓGENOS ▪ RETORNO DE POPULAÇÃO E IMIGRAÇÃO ▪ TRABALHO REMOTO E DESCENTRALIZADO ▪ TURISMO SUSTENTÁVEL ▪ COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO INTERNACIONAL (EUROPEU, IBÉRICO) ▪ VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE E DIVERSIDADE ▪ NOVOS NEGÓCIOS RELACIONADOS COM PRODUTOS ENDÓGENOS ▪ FOMENTAR INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE ▪ RESERVA DA BIOSFERA NA REGIÃO 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ▪ AUSÊNCIA DE POLÍTICAS CONCERTADAS DE COESÃO (INSTABILIDADE INSTITUCIONAL, DIAGNÓSTICOS POR DECRETO) ▪ SUBINVESTIMENTO EM SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS ESSENCIAIS ▪ ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS ▪ FALTA DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA (FORMAÇÃO ESPECIALIZADA LOCAL/PERDA DE SABERES) ▪ FALTA DE RECONHECIMENTO ▪ AUSÊNCIA DE UM MODELO PARA A CIDADANIA ▪ INSTALAÇÃO DE MEGACENTRAIS SOLARES ▪ TURISMO MASSIFICADO ▪ DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ▪ DESINDUSTRIALIZAÇÃO E IMPREVISIBILIDADE NOS MERCADOS GLOBAIS

Entre os fatores **endógenos**, as **forças** mais destacadas e em evidência referem-se à singularidade do património natural, paisagístico, cultural e histórico das Beiras e da Serra da Estrela, assim como o potencial da sua sociedade civil e das comunidades locais. Seguidamente, os participantes destacaram os produtos endógenos e recursos naturais. Por último, consideraram a elevada qualidade de vida e debateram forças específicas, como a centralidade geográfica, o valor da água enquanto recurso natural de grande qualidade e valor, e o contributo da Universidade da Beira Interior para o desenvolvimento regional.

No sentido oposto, entre as **fraquezas**, surgem destacadas carências na mobilidade, tanto dentro como fora do território, assim como na falta de competitividade e diversificação do mercado laboral. Segue-se, ainda com algum realce, o défice de uma tradição de participação cívica, afirmada pelos participantes como fator que limita e empobrece os processos de decisão das instituições públicas. Seguidamente, referiram-se vários fatores tais como o fenómeno de despovoamento, a dificuldade de acesso a cuidados de saúde, assim como serviços de apoio e inclusão social, e desigualdades sociodemográficas que são agravadas por fatores geográficos. Foi igualmente referida a degradação dos ecossistemas e a falta de políticas de adaptação às alterações climáticas. Por último, foram elencadas fraquezas relativas à falta de cooperação entre municípios da CIMBSE, escassa oferta de formação e de literacia, assim como agendas eleitorais que não respondem às necessidades do território.

Entre os fatores **exógenos**, sobressaem as **oportunidades** derivadas da valorização do património natural e cultural, tal como dos produtos locais das Beiras e Serra da Estrela. Ainda com relevo, foi referido o contributo de um setor turístico sustentável, assim como medidas que poderão reverter o fenómeno de êxodo rural: incentivo ao retorno da população e à chegada de novos residentes; medidas de estímulo ao trabalho remoto e à descentralização de competências do Estado; assim como oportunidades associadas ao reforço da cooperação regional e transfronteiriça. Os participantes sublinharam ainda a importância de combater o ‘estigma do interior’ através da formação, em processo colaborativo, de uma marca sub-regional que valorize a sua identidade e diversidade, assim como os seus produtos endógenos e profissões ancestrais. Por fim, referiu-se o reforço da inovação e criatividade de forma a fomentar a diversificação do mercado laboral e o potencial subjacente à formação de uma Reserva da Biosfera na região.

Em contraponto às oportunidades, os participantes elencaram as **ameaças**, priorizando os impactos das alterações climáticas nas Beiras e Serra da Estrela. Em segundo lugar, foram salientadas políticas de coesão desadequadas e insuficientes (instabilidade institucional e centralização das decisões), sem o aval das comunidades abrangidas. Seguidamente, foram apontados desinvestimentos em serviços públicos essenciais, assim como as ameaças derivadas da proliferação de espécies exóticas invasoras incluindo as potenciadas pelas alterações climáticas. Por último, os participantes discutiram desafios estruturais como a falta de mão-de-obra qualificada, a desindustrialização, o turismo massificado, o desordenamento territorial e a instalação de megacentrais solares, tudo isto agravado pela ausência de modelos de cidadania e de reconhecimento social.

Notas Finais

Do conjunto de contributos e reflexões da Sessão Prospetiva realizada na sub-região das Beiras e Serra da Estrela sublinham-se, por fim, algumas notas para o futuro.

Uma das ideias-chave apontadas para o desenvolvimento sustentável desta sub-região é **o papel da inovação social** – a capacidade de os territórios criarem soluções alternativas e inovadoras para desafios sociais das populações e dos territórios, com particular atenção a grupos prioritários como a população **jovem, idosa e imigrante**. Um dos focos recai na prestação de **cuidados de saúde** diferenciados, como é o caso da saúde mental e do bem-estar emocional, sobretudo dirigidos à comunidade jovem. Outra das apostas deve ser direcionada para a **inclusão ativa da população imigrante**, fomentando a sua participação ativa, a formação de mediadores interculturais e a implementação de ações de formação para os profissionais que trabalham com populações imigrantes para melhor lidar com uma nova realidade multicultural.

Foi também sublinhado **o papel que as universidades, a investigação e o conhecimento científico** podem ter no desenvolvimento local, tanto na promoção e incubação de empresas de inovação social, como no apoio a *startups* inovadoras, tendo sido sugerida a formação de um sistema direcionado para o fomento de *start-ups*, ou seja, de iniciativas de empreendedorismo qualificado em consonância com os objetivos estratégicos definidos. Neste contexto, foi destacada a importância da criação de **modelos participativos de governação** para alavancar o desenvolvimento da sub-região, envolvendo a colaboração dos *stakeholders* e das comunidades locais na construção de programas articulados e políticas mais direcionadas para as necessidades e oportunidades deste território.

A aposta na resiliência do território deve ser uma prioridade, sendo apontado como um dos caminhos a seguir, a **especialização da economia local**, valorizando quer as características diferenciadoras do território e respetivos setores estratégicos, quer o próprio tecido empresarial. Em particular, foi sublinhado o potencial da sub-região nos domínios de **economia verde** (bioeconomia e economia circular) e da **‘economia prateada’**, ou seja, na mobilização das oportunidades derivadas dos fenómenos da longevidade e da provisão de produtos e serviços para a população com mais de 60 anos. Foi ainda realçada a importância de combater o ‘estigma do interior’ através da formação, em processo colaborativo, de uma **marca sub-regional que valorize a identidade e diversidade da região**, incluindo os seus produtos endógenos e profissões ancestrais (como é o caso do pastoreio).

Por outro lado, **o património natural associado à existência de áreas protegidas e de Rede Natura 2000 foi considerado crucial para o futuro deste território**, devendo ser valorizado e preservado. No entanto, foram referidas muitas insuficiências a este respeito, tais como o **desinvestimento crónico do Estado nas áreas protegidas**, em termos de financiamento e recursos humanos, como se verifica no Parque Natural da Serra da Estrela, sendo urgente contrariar esta tendência – **as áreas naturais e classificadas devem ser valorizadas enquanto mais-valias estratégicas**, numa perspetiva diferenciadora destes territórios.

Para contrariar os principais fatores de despovoamento, foram apontadas diversas áreas de intervenção prioritárias para **reter e atrair população**: medidas e estratégias relativas ao **mercado laboral** (bem remunerado e diversificado); **incentivos e benefícios fiscais** em sede de IRS e IRC; **estímulo e apoio ao empreendedorismo**; reforço de oportunidades de **inserção profissional** e valorização do **ensino técnico-profissional**. Outro dos focos é a melhoria da **mobilidade** (intermodal e com horários compatíveis), dentro do território e nas **ligações a outras regiões (nacionais e espanholas)**.

Referiram-se, ainda, no combate ao despovoamento, a melhoria do **mercado habitacional**, através da reabilitação de casas devolutas e estímulo ao arrendamento, e da **transição digital** que promova a coesão territorial, incluindo o reforço da cobertura digital em aldeias, o estímulo ao teletrabalho e o incentivo à descentralização pública (serviços) e privada (empresas e estabelecimentos) na sub-região.

O património natural, paisagístico, cultural e histórico é considerado o principal ativo estratégico para o futuro deste território. Os participantes também destacaram os produtos endógenos e a elevada qualidade de vida como fatores potenciais da sub-região, tal como a centralidade geográfica, o valor da água enquanto recurso natural e o contributo da Universidade da Beira Interior para o desenvolvimento regional.

Em contrapartida, ficou patente a ameaça atribuída às **alterações climáticas**, à continuidade de **políticas públicas desadequadas** e ao **desinvestimento público em serviços públicos essenciais**, tendo sido ainda sublinhada uma postura muito crítica em relação à instalação de grandes centrais fotovoltaicas, mas também de parques eólicos, realçando os impactos negativos na paisagem, na biodiversidade e, consequentemente, no turismo – que é considerado um recurso económico importante nesta sub-região.

De forma a consolidar o papel da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, e fortalecer o trabalho conjunto entre instituições e municípios, foi sublinhada a importância da sua proximidade às comunidades locais, assim como a necessidade de assegurar que **o poder político local seja intransigente na defesa do interesse público, incluindo a qualidade ambiental e o património natural deste território.** É ainda de salientar a relevância de integrar, ouvir e mobilizar os atores-chave das comunidades locais, com destaque para os jovens e respetivas escolas, envolvendo-os nas medidas e soluções para os problemas identificados. Só através deste envolvimento dos atores nos processos de decisão se poderá construir confiança e cooperação para um futuro sustentável.





local

Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A [ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](https://odslocal.pt) é uma iniciativa que visa mobilizar os municípios e outras entidades relevantes para a concretização, ao nível local, da Agenda 2030 das Nações Unidas. Integra ações de capacitação local e um portal online dinâmico que permite visualizar e acompanhar os progressos e contributos de cada município em relação aos ODS.



Mobiliza para os ODS

Envolve decisores políticos e técnicos municipais



Contribui para visões do futuro

Define metas, indicadores e estratégias de ação



Monitoriza e cria indicadores

Garante robustez científica e orientações da ONU



Mapeia Boas Práticas e Projetos

Identifica projetos e práticas em prol dos ODS



Estimula parcerias e ação para os ODS

Potencia colaboração intra e intermunicipal



Valoriza e divulga a Agenda 2030

Destaca sucessos e contribui para sua replicação



*ODSlocal
em Números*

140
Municípios
aderentes

170
Indicadores de
Referência

5 645
Boas Práticas
Municipais

1 981
Projetos locais

202 351
Visitantes
únicos

A Plataforma ODSlocal assenta numa parceria entre quatro entidades especializadas em sustentabilidade:



CNADS

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Coordena o Projeto ODSlocal e contribui para a constituição de parcerias e projeção pública da Plataforma ODSlocal.



OBSERVA

Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do ICS-ULisboa

Coordena os Indicadores de Referência, a divulgação da Plataforma para públicos diversificados, a dinamização de Sessões Prospetivas em territórios fronteiriços e co-coordena os Laboratórios Dinâmicos.



MARE

Centro de Ciências do Mar e do Ambiente

Atua na área da Governança e Literacia, com a co-coordenação dos Laboratórios Dinâmicos e a coordenação à escala local dos Laboratórios de Sustentabilidade e da exposição itinerante "ODS em Movimento".



2adapt

Serviços de Adaptação Climática

Responsável pela conceção e desenvolvimento do Portal ODSlocal; indicadores baseados em Sistemas de Observação da Terra, infografias, interoperabilidade entre portais e apoio aos municípios.

Saiba mais sobre a adesão em <https://odslocal.pt/como-aderir>

Visite-nos
www.odslocal.pt

Contacte-nos
info@odslocal.pt